



CARACTERÍSTICAS DOS ARRANJOS PRODUTIVOS LOCAIS: O CASO DO VINHO NA REGIÃO DO VALE DO RIO DO PEIXE

Artigo Completo

Vilmar Nogueira Duarte

Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul - UEMS

vilmarufms@yahoo.com.br

Resumo

Este artigo teve como objetivo caracterizar o Arranjo Produtivo Local (APL) do vinho da Região do Vale do Rio do Peixe, no Meio-Oeste Catarinense, na perspectiva de identificar sua estrutura e atual estágio de desenvolvimento. O trabalho foi realizado por meio de um estudo descritivo com base na abordagem proposta por Esser et al. (1994) e Stamer et al. (1997), na qual um conjunto de empresas produtoras é analisado perante os níveis micro, meso, meta e macro. O estudo mostra que o APL não é estruturado de forma a contribuir para o desenvolvimento sustentado da Região, caracterizando-se como sendo uma concentração regional de empresas voltadas para o mesmo segmento produtivo (vinhos, sucos e outros derivados), em que as ações individuais prevalecem em detrimento da cooperação e do aprendizado coletivo. Conclui-se que embora a Região reúna todas as características necessárias para o pleno desenvolvimento do setor vinícola, o baixo nível de relação interempresas, bem como a ausência de uma marca regional que identifique a origem territorial do produto, tem sido crucial para a competitividade do aglomerado.

Palavras-chave: Características dos APLs. Vinho. Vale do Rio do Peixe.

1 INTRODUÇÃO

A atual dinâmica da globalização e as exigências impostas pela nova ordem econômica têm forçado indústrias dos mais variados setores a passar por intenso processo de reestruturação e mudanças organizacionais. Diante da maior complexidade do sistema econômico, a noção de competitividade, cada vez mais, tem incorporado fatores que vão além do âmbito das empresas, como infraestrutura, aparato político institucional e regulatório, centros de educação e formação, práticas cooperativas e outros.

O estabelecimento de relações interempresariais pode ser um instrumento importante para estimular o desempenho das empresas e da economia da região em que estas estão inseridas. Além disso, o processo de interação pode construir um conhecimento que somente



é possível pela proximidade espacial, cuja transferência depende do contexto social e das instituições estabelecidas na região de abrangência.

Entre os principais estudos realizados sobre concentrações de micro, pequenas e médias empresas organizadas na forma de Arranjos Produtivos Locais (APLs), estão os desenvolvidos por Esser et al. (1994), Stamer et al. (1997), Casarotto Filho e Pires (2001), Casarotto (2002), Brito (2000), Lanzer et al. (1997), Cassiolato e Szapiro (2003); Costa (2001), Cavalcante (2009), Lastres et al. (2002), entre outros.

Neste contexto, o presente artigo teve como objetivo caracterizar o APL do vinho da Região do Vale do Rio do Peixe, apresentando as principais características estruturais que lhe conferem a posição de maior produtora do Estado. Para isso utilizou-se a abordagem proposta por Esser et al. (1994), Stamer et al. (1997) e Lanzer et al. (1997), a qual utiliza os níveis micro, meta, meso e macro para a análise dos aglomerados, conforme explícito na segunda seção.

O artigo está dividido em seis seções. Além desta introdutória, a segunda trata dos procedimentos metodológicos utilizados para a análise do aglomerado em estudo. A seção três apresenta o quadro teórico, no qual são tratados dos conceitos de aglomeração produtiva e sua importância para o desenvolvimento regional. O tópico quatro apresenta a caracterização da Região do Vale do Rio do Peixe e a evolução da produção de vinho no Estado e na Região nos últimos anos. A seção cinco apresenta os resultados perante os níveis estabelecidos pelo modelo de análise, quais sejam: os níveis micro, meso, meta e macro. Finalmente, a sexta seção conclui.

2 QUADRO TEÓRICO

A ideia de aglomerações produtivas está inteiramente relacionada ao conceito de competitividade empresarial (CASSIOLATO; SZAPIRO, 2003). A nova ordem econômica, cada vez mais, vai transformando o sistema de concorrência baseada na competição entre empresas que atuam de forma individual, em uma competição entre sistemas produtivos que se relacionam de forma aberta com as mais diversas economias e blocos econômicos.

A supremacia das grandes empresas tem sido foco de intensas discussões, com debates em torno da importância que as pequenas e médias empresas vêm adquirindo para as economias regionais, em razão de sua flexibilidade, capacidade de gerar empregos e habilidades em construir aglomerações e outros sistemas produtivos.

De acordo com Casarotto Filho e Pires (2001), as características dos atores envolvidos, juntamente com as formas de estrutura de governança é que definem o tipo de estrutura do aglomerado. Assim, os aglomerados produtivos podem assumir diversas formas de organização, como polos, *Clusters*, arranjos produtivos locais (APLs) ou sistemas produtivos locais (SPLs).

Para os autores, a noção de Aglomerado Produtivo Local (a noção mais evoluída de rede de empresas) pode ser entendida como uma região fortemente estruturada, contendo um ou mais *Clusters*, com um planejamento territorial com alta interação público-privada, com fortes laços culturais que tem como objetivo assegurar a qualidade de vida dos habitantes.

O Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES, 2004, p. 29-30) define Arranjos Produtivos Locais (APLs) como uma “[...] concentração geográfica de empresas, sobretudo pequenas e médias, e outras instituições que se relacionam em um setor



ou cadeia produtiva particular.” O SEBRAE (2003, p. 12) também se aproxima desta definição ao conceituar APLs como sendo “Aglomerações de empresas localizadas em um mesmo território, que apresentam especialização produtiva e mantêm algum vínculo de articulação, interação, cooperação e aprendizagem entre si e com outros atores locais, tais como: governo, associações empresariais, instituições de crédito, ensino e pesquisa.”

Nessa mesma linha de raciocínio, o grupo de pesquisa REDESIST, do instituto de Economia da UFRJ, define Arranjos Produtivos Locais como:

Aglomerações territoriais de agentes econômicos, políticos e sociais – com foco em um conjunto específico de atividades econômicas – que apresentam vínculos mesmo que incipientes. Geralmente envolvem a participação e a interação de empresas – que podem ser desde produtoras de bens e serviços finais até fornecedoras de insumos e equipamentos, prestadoras de consultoria e serviços, comercializadoras, clientes, entre outros – e suas variadas formas de representação e associação. Incluem também diversas outras instituições públicas e privadas voltadas para: formação e capacitação de recursos humanos (como escolas técnicas e universidades); pesquisa, desenvolvimento e engenharia; política, promoção e financiamento. (CASSIOLATO; LASTRES, 2003).

Deriva dessas definições que um APL envolve um conjunto de atores com fortes relações socioculturais que cooperam entre si visando ao alcance de objetivos comuns, em que se encontram agentes econômicos, políticos e sociais, bem como diversas instituições públicas e privadas, que de uma forma ou de outra, apresentam vínculos.

Na visão de Haddad (2001), não faz sentido falar de um aglomerado produtivo como um *Cluster*, por exemplo, sem contextualizá-lo espacialmente. O autor argumenta que um arranjo produtivo em uma dada região é diferente daquele estabelecido em outra. Entre os motivos dessa diferenciação está o nível organizacional dos produtos, a qualidade da mão de obra, a logística de transporte, os indicadores de desenvolvimento sustentável, os insumos, os conhecimentos científicos e tecnológicos, etc.

Ainda de acordo com o autor, o potencial de um arranjo produtivo pode ser avaliado a partir de um enorme mix de indicadores socioeconômicos que incluem a existência de conselhos deliberativos e participativos locais, renda per capita, instrumentos de gestão, grau de educação, potencial de desenvolvimento regional e outros (HADDAD, 2004).

Segundo Lastres et al. (2002), as diferentes abordagens acerca dos APLs apresentam uma série de aspectos comuns que podem ser resumidos da seguinte forma:

- a) Quanto à localização (proximidade ou concentração geográfica);
- b) Quanto aos atores (grupo de pequenas empresas, pequenas empresas nucleadas por grande empresa, associações, instituições de suporte, serviço, ensino e pesquisa, fomento, financeiras e outros);
- c) Quanto às características (intensa divisão do trabalho entre as firmas, flexibilidade de produção e de organização, especialização, mão de obra qualificada, estreita colaboração entre as firmas e demais agentes, fluxo intensivo de informações, identidade cultural e relação de confiança entre os agentes, complementaridades, sinergias, etc.).



Uma semelhança bastante comum entre os APLs é que normalmente se desenvolvem em ambientes favoráveis à cooperação, interação e confiança entre os diversos agentes envolvidos. Além disso, ambientes nos quais as políticas públicas são alinhadas aos interesses dos agentes locais, tendem a ser favoráveis ao desenvolvimento destes arranjos.

No entanto, é necessário deixar claro que os APLs não constituem, por si só, objetos de políticas, mas como meios ou instrumentos para se construir o desenvolvimento em sentido amplo, propiciando formas de proporcionar maior dinamismo econômico e sustentabilidade a pequenos empreendimentos (CASSIOLATO; LASTRES, 2003)

A opção estratégica de desenvolvimento regional baseado no conceito de arranjos produtivos decorre do reconhecimento de que políticas de fomento a pequenas e médias empresas são mais efetivas quando direcionadas a grupo de empresas do que quando aplicada a empresas individuais. Assim, o potencial competitivo de um grupo de empresas ou de uma região procede de um maior nível de cooperação entre os agentes envolvidos.

Nesse sentido, Suzigan (2004), ao se referir aos APLs, também considera a cooperação como um dos princípios básicos de funcionamento de um arranjo, cujo sucesso tem relação com os aspectos socioculturais da região e a disponibilidade de apoio técnico e econômico. Porém, não significa que as empresas não concorram entre si para conquistar posições mais expressivas no mercado, o que é uma regra geral no sistema capitalista.

Mendez (2002) saliente que em algumas ocasiões as ações dos agentes locais se contradizem com posições inovadoras de empresas, não permitindo o avanço capaz de promover um desenvolvimento regional integrado. De acordo com o autor, esta dissociação dos aspectos inovadores de um determinado setor ou atividade, com deficiente ordenação de recursos, pode ser entendida como territórios duais. O que leva a entender que para que haja integração econômica da região com setores mais avançados da economia, é preciso que sejam considerados aspectos que vão além daqueles puramente econômicos, entre os quais Mendez (2002, p. 9) destacou:

- a) Criação de um clima social capaz de incorporar novidades;
- b) Existência de redes locais de cooperação;
- c) Presença de instituições públicas locais e regionais que apoiem o desenvolvimento da região;
- d) Esforço em melhoria da formação de recursos humanos.

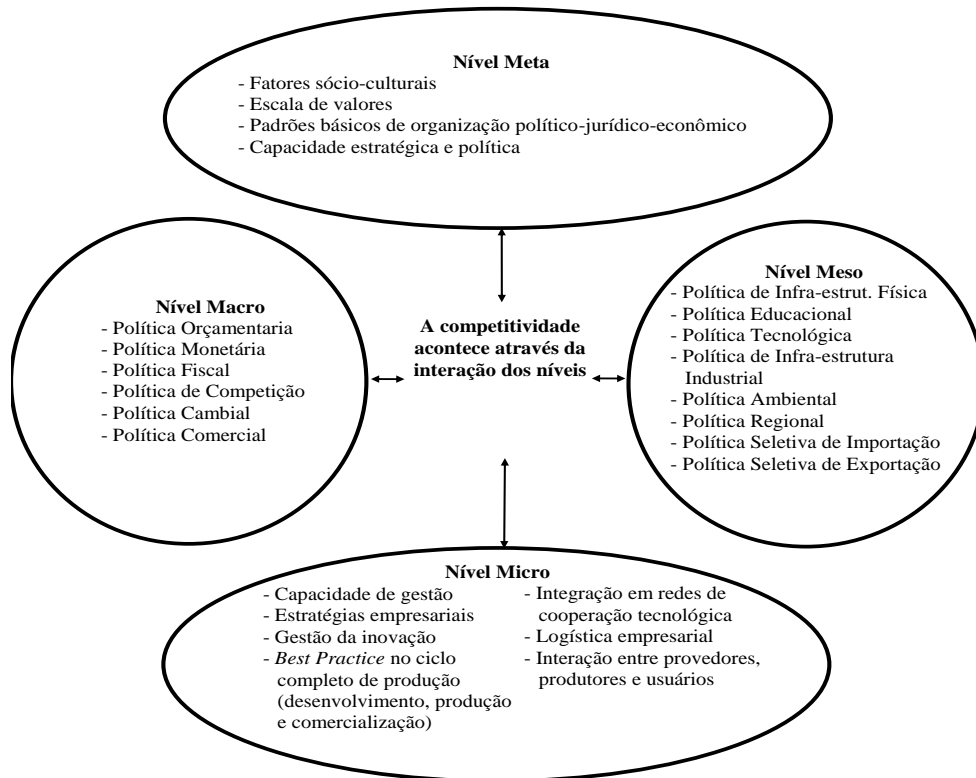
Todavia, a discussão acerca do desenvolvimento não pode ficar restrita apenas ao sistema de organização da produção. Os aspectos relacionados à qualidade de vida como: saúde, educação, saneamento, cultura, acesso à tecnologia, lazer e outros também devem ser considerados. Nessa perspectiva, se as ações voltadas para o desenvolvimento do sistema produtivo não resultar também em melhoria das condições de vida da população, então os objetivos não foram atingidos na sua totalidade, uma vez que na questão social não houve evolução.

3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

A metodologia utilizada para caracterizar o APL do vinho da Região do Vale do Rio do Peixe foi a proposta por Esser et al. (1994), que mais tarde foi relatada por Stamer et al. (1997) e Lanzer et al. (1997). De acordo com essa abordagem, uma indústria ou setor

econômico qualquer pode ser analisado perante quatro níveis envolvidos, como mostra a Figura 1.

Figura 1 – Níveis de análise da competitividade sistêmica



Fonte: Casarotto Filho 2001, baseado em Esser *et al* (1994), Stamer *et al* (1997) e Lanzer *et al* (1997).

A revisão bibliográfica foi feita com base em publicações (livros e artigos) que tratam da questão do desenvolvimento regional baseado no conceito de Arranjos Produtivos Locais. A consulta aos artigos foi realizada por meio da (internet), em que foram priorizados, principalmente, aqueles trabalhos com ênfase às noções de APL e à rede de empresas.

As informações sobre número de empresas, volume de produção e outros, foram obtidas por intermédio de contato com o Sindicato da Indústria do Vinho de Santa Catarina (Sindivinho) em Videira, SC, com a Federação das Indústrias do Estado de Santa Catarina (FIESC), com o Ministério da Agricultura Pecuária e Abastecimento (MAPA-SFA/SC) em São José, SC, com o Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo Sul (BRDE) em Florianópolis, SC, e com alguns produtores de vinho da Região por e-mail. O *site* de algumas empresas também foi utilizado.

4 CARACTERIZAÇÃO DA REGIÃO

A Região do Vale do Rio do Peixe, situada no Meio-Oeste Catarinense, apresenta uma forte tradição no segmento agroindustrial, principalmente na produção de suínos e frango de



corte. Uma característica forte da Região é a predominância de pequenas propriedades diversificadas, que produzem, além de frango e suíno, grande variedade de cereais, legumes e frutas. A área produtora de uva e vinho abrange os municípios de Tangará, Pinheiro Preto, Videira, Iomerê, Salto Veloso, Fraiburgo, Rio das Antas e Caçador. De acordo com o IBGE, a extensão territorial da Região é de 2.897,8 km², com o município de Caçador apresentando a maior área geográfica, 981,9 km², e Pinheiro Preto a menor, 65,7 km².

A população desses municípios somou 171.030 habitantes em 2007, com Caçador se apresentando como o mais populoso, com 67.556 habitantes, seguido de Videira, com 44.479, e Fraiburgo com 34.889. O PIB regional foi de cerca de R\$ 3,3 bilhões no mesmo período, com o município de Videira apresentando o maior PIB, R\$ 1,28 bilhão, e Caçador aparecendo na sequência com R\$ 1,15 bilhão. Videira foi o município com maior PIB per capita, seguido de Salto Veloso, ambos com R\$ 28.834,00 e R\$ 26.950,00, respectivamente (IBGE, 2007).

4.1 PRODUÇÃO DE UVA E VINHO

De acordo com dados do IBGE, a produção de uva na Região do Vale do Rio do Peixe, em 2008, foi de 29.873 toneladas, colhidas em 1.931 hectares cultivadas, o que representa 51,2% da produção total do Estado, que foi de 58.330 toneladas. Tangará, com 8.000 toneladas, foi o município com maior volume de produção (IBGE, 2008).

Dados do Ministério da Agricultura Pecuária e Abastecimento da Superintendência Federal de Agricultura do Estado de Santa Catarina (MAPA-SFA/SC), registram a existência de cerca de 40 empresas, entre produtores de vinho e cooperativas, nos Municípios estudados. São produtores que cultivam diversas variedades de uva destinadas à produção de vinho e outros derivados, que são comercializados em vários Estados brasileiros e no exterior. Entre os principais produtos estão os vinhos branco seco e tinto seco, que são comercializados na Região em garrafas e também em garrações de 4,6 litros, os vinhos finos, como é o caso do Cabernet Sauvignon e dos espumantes, além de sucos e coquetéis.

A produção de vinho foi crescente no Estado no período 2005-2007, com a Região do Vale do Rio do Peixe sendo a principal produtora, com cerca de 90% da produção total do Estado, em 2005, e aproximadamente 94% em 2007 (Tabela 1).

Tabela 1 – Produção de vinho em Santa Catarina e Região do Vale do Rio do Peixe no período 2005 – 2009

Períodos	Vale do Rio do Peixe	Santa Catarina
2005	12.415.570,90	13.812.197,37
2006	14.651.024,70	15.831.639,36
2007	20.824.142,35	22.244.441,02
2008	17.434.914,19	18.875.261,09
2009	10.387.259,88	11.507.376,04

Fonte: (MAPA-SFA/SC, 2010)

No entanto, nos últimos anos a indústria do vinho no Estado vem mostrando quedas acentuadas em seus níveis de produção, com o volume de 2009 ficando quase 17% abaixo dos registrados em 2005. Na comparação de 2009 com 2008 a queda foi de 39% no Estado e de cerca 40% na Região do Vale do Rio do Peixe (Tabela 1). O município de Pinheiro Preto,



com 6,8 milhões de litros produzidos em 2009, é o maior produtor de vinho de Santa Catarina, concentrando 59% da produção total do Estado. Videira e Iomerê aparecem em seguida, com 1,4 milhão e 1,3 milhão de litros, respectivamente (BRASIL, 2010).

5 ANÁLISE DOS RESULTADOS

Esta seção é reservada à caracterização do APL do vinho da Região do Vale do Rio do Peixe, considerando, como observado na segunda seção (sobre os aspectos metodológicos), quatro níveis de avaliação: nível micro, que abrange os níveis micro “a” (referente à empresa no seu contexto individual) e micro “b” (que envolve a cooperação entre as empresas); nível meso (que contempla os aspectos regionais em que o APL está inserido); nível meta (que se refere ao grau de cooperação entre os atores envolvidos); e nível macro (que abrange as políticas setoriais e governamentais, em nível de Estado e de país).

5.1 NÍVEL MICRO “A” E NÍVEL MICRO “B”

5.1.1 Individual (nível micro “a”)

O sistema de produção de vinho no Vale do Rio do Peixe contempla desde cantinas que ainda utilizam processos totalmente artesanais (o caso das pequenas), principalmente no que se refere ao esmagamento de uva, até aquelas que dispõem de sistemas altamente modernos, com máquinas de última geração importadas de países, como a Itália e a França.

Entre os vinhos produzidos na Região estão: vinho tinto e branco de mesa seco, vinho bordô seco e bordô suave, vinho tinto e branco suave, vinho rosê seco, além de outros. Em relação à linha de vinhos finos se destacam: vinhos tintos merlot, cabernet sauvignon, espumantes Niágara branco e rosê, e outros. Além de vinhos, muitas empresas também produzem o suco de uva e os coquetéis, produtos comercializados na Região e em vários Estados do país.

A qualidade do vinho é variada entre as cantinas. As mais estruturadas procuram inovar o processo produtivo, visando a atender mercados mais exigentes. Já as pequenas, normalmente produzem vinho de qualidade satisfatória, destinado à comercialização na Região e também em outros Estados. A mão de obra é praticamente familiar nas cantinas pequenas, enquanto que as demais contratam no mercado, quando necessário.

Algumas empresas se destacam na produção de vinhos finos (vinhedos cultivados acima de 1000 metros de altitude), como é o caso da Vinícola Panceri Ltda e Vinícola Monte Vecchio, ambas de Tangará; Vinícola Santa Augusta de Videira e Vinhos Iomerê de Iomerê, cuja produção é destinada a mercados mais exigentes. Todavia, esses empresários procuram moldar seus negócios de acordo com suas convicções, buscando novas técnicas de produção e construindo sua própria logística de mercado.

A integração vertical para trás é muito forte entre os produtores de vinho da Região, uma vez que a produção de uva é uma forma de garantir a qualidade da matéria-prima para as cantinas. As empresas, de modo geral, trabalham com o mercado interno, principalmente em nível regional e Estados vizinhos. Quanto ao mercado externo, apenas a Vinícola Panceri tem clientes em outros países, tendo sido a primeira vinícola de Santa Catarina a exportar vinhos finos para a República Tcheca e Estados Unidos.



5.1.2 Cooperação entre empresas (nível micro “b”)

A cooperação não é uma prática comum entre os produtores de vinho da Região, exceto em casos excepcionais. Normalmente procuram trabalhar de forma individual, estabelecendo forte concorrência entre as empresas do setor. Há alguns anos foi formado um consórcio para a produção do vinho espumante, mas em decorrência da queda de qualidade do vinho produzido pelo consórcio, alguns produtores resolveram abandonar o sistema, provocando a extinção deste logo em seguida. Com o fim da parceria, as empresas passaram a terceirizar parte do processo de produção de espumantes, uma vez que a tomada de espuma e o engarrafamento devem ser feitos por máquinas especiais. Tal prática tem se justificado em razão da baixa escala produtiva das empresas no segmento de espumantes e dos altos investimentos necessários para a aquisição das máquinas.

As cooperativas existentes na Região, como a Cooperativa de Produção Agropecuária de Pinheiro Preto, Cooperativa Agropecuária Videirense Ltda (Coopervil) e a Cooperativa de Pequenos Agricultores de Videira (Copavidi) têm como premissa básica auxiliar os produtores de uva do APL. A Copavidi, por exemplo, é uma cooperativa que foi criada para auxiliar pequenos produtores de uva de uma comunidade do interior do município de Videira que não têm como realizar todo o processo de produção de vinho em suas propriedades. Esta se encarrega de realizar as tarefas finais do processo, como é o caso do engarrafamento e da rotulagem.

Os esforços para divulgar o vinho da Região têm sido limitados. Um estudo feito por Batista et al. (2002), sobre o APL, mostrou ser de suma importância a criação de uma marca regional, como forma de possibilitar a divulgação dos vinhos da Região para todo o país. Algumas iniciativas foram tomadas, mas não se chegou a um consenso entre os interessados e a proposta foi abandonada. Porém, a obtenção do selo de qualidade para determinados tipos de vinhos é uma realidade para alguns produtores da Região, como é o caso, por exemplo, dos Vinhos Casal Piccoli, cuja empresa foi uma das primeiras em Santa Catarina a receber a certificação com o Selo de Qualidade em nível Nacional, na variedade Vinho Branco de Mesa Niágara Seco.

Observou-se que não é característica dos empresários do setor vinícola local buscar suporte técnico nas universidades, seja para auxiliar na gestão dos negócios, seja para melhorar o *design* dos rótulos. Procuram administrar as empresas conforme orientação herdada da família. A cooperação entre produtores de uva e a indústria praticamente não existe, além disso, também não há cooperação entre as empresas no sentido de uma melhor exploração dos mercados, muito menos no que se refere à criação de novas oportunidades de vendas.

5.2 REGIÃO (NÍVEL MESO)

Com relação ao nível meso, no que se refere à infraestrutura das estradas, pode-se dizer que as rodovias não apresentam problemas, principalmente aquelas que ligam à Região aos Estados do Paraná e Rio Grande do Sul. Por outro lado, no que se refere às estradas locais, de competência das prefeituras, estas têm sido problemáticas, principalmente no que diz respeito aos trechos não pavimentados em épocas de chuvas prolongadas, dificultando o transporte entre as cantinas e suas áreas de plantio.



No que se refere à comunicação, o telefone prevalece para as cantinas de modo geral, enquanto que aquelas sediadas nas cidades e arredores, utilizam-se também da internet. A principal fonte de energia é a elétrica, utilizada em todas as cantinas e produtores de uva da Região.

Na educação, a Região dispõe de colégios privados, estaduais e municipais que formam alunos no ensino básico. Existem duas universidades na Região, Universidade do Oeste de Santa Catarina (UNOESC), em Videira, que entre os vários cursos, destacam-se aqueles voltados para as áreas administrativas, de Designer e de Engenharia de Alimentos; e a Universidade do Alto Vale do Rio do Peixe (UNIARP), em Caçador, que também dispõe de cursos nas áreas Administrativas e de Engenharia Ambiental. No entanto, nenhuma possui cursos específicos para a formação de profissionais voltados para o setor vinícola, como é o caso da formação de engenheiros químicos e enólogos. Recentemente foi implantada na cidade de Videira uma escola técnica federal, com objetivo de qualificar mão de obra para a Região, mas os cursos ainda estão em fase de implantação.

No que se refere à política ambiental, o governo estadual conta com o Microbacias II, que tem como objetivo qualificar o capital social e humano, bem como desenvolver processos e tecnologias sociais para o manejo sustentável dos recursos naturais. A Região tem se beneficiado com as ações do Programa, no sentido de conscientizar a população local da importância de se preservar o meio ambiente.

Em relação à concessão de crédito, não existe na Região uma instituição que ofereça garantia de crédito exclusivo para o setor. As cooperativas tem tido um papel importante no sentido de amparar os produtores no que se refere ao financiamento da produção agrícola, por meio das agências do Banco SICOOB espalhados pela Região. A presença do Banco do Brasil e Caixa Econômica Federal também têm sido importantes para a concessão de crédito ao empresariado local.

Além dessas alternativas, os produtores podem recorrer às agências oficiais de fomento como a Agência de Fomento do Estado de Santa Catarina (Badesc) e o Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo Sul (Brde) para investir na produção. O Brde, por exemplo, dispõe de linhas instituídas pelo Banco de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), destinadas ao Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf) e ao Programa de Desenvolvimento da Fruticultura (Prodefruta), cujo objetivo é incrementar a produtividade e a produção, além de melhorar a qualidade e as condições de comercialização de produtos frutícolas (Brde, 2005).

Quando ao suporte tecnológico, a Região conta com uma Estação Experimental localizada em Videira, com uma área de 140 hectares, em que estão instalados vinhedos, pomares e experimentos. A estação dispõe de uma cantina modelo, destinada a atender as áreas de pesquisa e de difusão de tecnologia na área de vinhedos, laboratórios de fitossanidade, fisiologia vegetal e fitotecnia e um posto meteorológico. Conta também com um moderno laboratório de controle de qualidade de vinhos e derivados, equipado com instrumental de última geração, capaz de realizar análises físico-químicas, microbiológicas e de biologia molecular, para detectar a presença de resíduos de agroquímicos em vinhos e derivados (BRDE, 2005).

A Região não dispõe de fornecedores de máquinas e equipamentos modernos para as cantinas, sendo preciso importar da Itália e da França, quando necessário. As cantinas que não produzem toda a matéria-prima (uva) que precisam, normalmente importam do Estado do Rio Grande do Sul. Outros insumos, como garrafas e rolhas, são fornecidos por outros Estados como Rio Grande do Sul e São Paulo e, em alguns casos, importados do Chile, como é o caso



das garrafas. O Estado do Rio grande do Sul e de São Paulo também são os principais fornecedores de cápsulas; São Paulo, juntamente com o Paraná, estão na relação dos Estados fornecedores de rótulos.

Quanto ao fornecimento de produtos enológicos, as principais distribuidoras estão sediadas no Rio Grande do Sul, uma vez que esses produtos são importados da Itália e/ou França. Já aqueles relacionados à limpeza, como detergentes e outros, como os utilizados na limpeza de tanques e prensas, por exemplo, são oriundos do Rio Grande do Sul e São Paulo, mas o Estado de Santa Catarina também tem fornecedores desses produtos.

5.3 REGIÃO (NÍVEL META)

Este nível de análise verifica o padrão de organização política, econômica e social do sistema produtivo, assim como o nível de cooperação entre os principais atores, como governo, empresas, associações de classe, instituições de ensino, pesquisa e suporte, com o aglomerado. Para Casarotto Filho e Pires (2001), a capacidade política e estratégica desses atores surge a partir do momento que uma sociedade estabelece consenso em torno de um objetivo comum, como a ampliação do mercado externo, por exemplo.

A tradição da Região do Vale do Rio do Peixe em ser a grande produtora de uva e vinho do Estado de Santa Catarina tem uma forte relação com a cultura local, uma vez que a população colonizadora, em sua maioria, é de origem italiana, cuja tradição na produção e consumo de vinho já vem de longa data. A partir da influência cultural e das condições favoráveis do clima e do relevo, observa-se que a Região possui fortes ingredientes que juntamente com o envolvimento de todos os atores sociais pode aumentar suas potencialidades, no sentido de ampliar a competitividade do aglomerado.

As representações de classe também se fazem presentes na Região. A cidade de Videira conta com uma sede do Sindicato da Indústria do Vinho de Santa Catarina (Sindivinho), o qual tem forte presença nas decisões do setor, uma vez que a Região é a maior produtora do Estado e tem 26 vinicultores associados dos 30 totais do Estado. O sindicato dos trabalhadores rurais também é atuante, com preocupação constante com a melhoria do processo produtivo, tomando iniciativas que vão desde treinamentos até missões técnicas com a finalidade de conhecer novos modelos de produção.

Cinco produtores de vinho e uva da Região do Vale do Rio do Peixe também são associados à Associação Catarinense dos Produtores de Vinhos Finos de Altitude (Acavitis), com sede em São Joaquim, cujo objetivo é defender os interesses dos produtores, bem como promover a produção de uvas e vinhos de altitude por meio da marca “Acavitis.”

O governo do Estado também se faz presente na Região, mediante uma unidade da Secretaria de Desenvolvimento Regional com sede em Videira, cujo objetivo é atender as demandas, no que se refere a ações que visem a contribuir para o desenvolvimento dos municípios abrangentes.

Em relação à divulgação da “Região Produtora”, as ações parecem retroceder. Em primeiro lugar, com a extinção da Festa do Vinho que estava sendo realizada na cidade de Videira desde 1942, e que foi retirada do calendário de promoções pela prefeitura. Em segundo, porque o vinho carece de uma marca regional, ou seja, uma marca que identifique a origem territorial do produto e demais derivados produzidos, como mencionado anteriormente no item cooperação entre empresas (nível micro “b”).



Atualmente, a promoção dos vinhos da Região é realizada por intermédio da participação em concursos nacionais e internacionais, cujos resultados tem sido bastante favoráveis aos produtores locais, em função da quantidade de premiações recebida em eventos.

5.4 NÍVEL MACRO

A atual conjuntura da economia brasileira tem sido favorável ao desempenho do setor em alguns pontos. O câmbio abaixo de 1,70 interfere positivamente no preço das importações, principalmente para quem precisa comprar máquinas e equipamentos, além de reduzir o custo da logística para os exportadores. Por outro lado, os produtos nacionais encarecem em relação aos produzidos em outros países, como é o caso dos espumantes chilenos, por exemplo, que têm ganhado competitividade no mercado brasileiro nos últimos anos, em razão da queda dos preços relativos.

O controle rígido da inflação também tem sido um ponto forte quando se analisa o nível macro, por facilitar uma programação mais racional do fluxo de caixa das empresas. No entanto, a taxa de juros “selic” a 12% ao ano (setembro/2011), ainda se apresenta como um grande entrave para os produtores que precisam financiar seus investimentos. Além do mais, o nível de imposto incidente sobre a produção de vinho é elevado, representando 42% do preço final de cada garrafa comercializada.

No que se refere ao comércio externo, a Agência Brasileira de Promoção das Exportações e Investimentos (Apex-Brasil) em conjunto com o Instituto Brasileiro do Vinho (Ibravin), tem sido os principais órgãos de promoção do vinho brasileiro no mercado internacional. A parceria entre essas instituições por meio do Programa *Wines from Brazil*, tem como objetivo aproximar os produtores brasileiros dos compradores externos mediante a participação em feiras e eventos internacionais, além de auxiliá-los na adequação de produtos e processos para o desenvolvimento das exportações.

O Estado de Santa Catarina conta com apenas dois representantes no Programa, ambos da Região do Vale do Rio do Peixe – a Villaggio Grando, de Caçador, e a Vinícola Panceri, do Município de Tangará.

6 CONCLUSÃO

Os resultados mostram que o aglomerado vinícola da Região do Vale do Rio do Peixe é composto por um conjunto de empresas que tem seus produtos voltados essencialmente para o mercado interno, com a Vinícola Panceri, de Tangará, tendo sido a primeira do Estado a atender clientes no mercado externo. Algumas empresas se destacam na produção de vinhos finos com alto padrão de qualidade, oriundos de vinhedos de altitude (vinhedos cultivados a uma altitude acima de 1.000 metros), como é o caso das vinícolas Santa Augusta, Panceri, Iomerê e Villaggio Grando.

A aplicação do modelo proposto por Esser et al. (1994) e Stamer et al. (1997), mostra que a Região apresenta todas as características vocacionais necessárias para a produção de vinho, porém, não dispõe de uma estrutura capaz de elevar o *status* do aglomerado e, conseqüentemente, promover um desenvolvimento local sustentado. Além disso, o nível de cooperação entre produtores de uva e produtores de vinho é outro ponto fraco do APL, com apenas as cooperativas desempenhando esse papel.



Outra questão crucial observada no APL é a ausência de uma marca regional que identifique a origem territorial dos vinhos e possibilite uma maior divulgação destes para todo país. Questão já levantada por Batista et al. (2002), em um estudo realizado sobre o aglomerado, em que os autores propuseram a criação dessa marca como forma de promover os vinhos produzidos na Região.

Diante deste diagnóstico, percebe-se haver a necessidade de uma maior articulação entre os atores envolvidos, empresários, sindicatos, universidades, centros de pesquisa, poder público e outros, no sentido de tomar iniciativas que visem não apenas a fortalecer as empresas, mas sim ao aglomerado como um todo. Tais ações se justificam, sobretudo, pelos números apresentados na Tabela 1, os quais mostram sucessivas quedas no volume de produção de vinho na Região a partir de 2007.

REFERÊNCIAS

ASSOCIAÇÃO CATARINENSE DOS PRODUTORES DE VINHOS FINOS DE ALTITUDE (Acavitis). Disponível em: <<http://www.acavitis.com.br>>. Acesso em: 17 ago. 2010.

BANCO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL (BNDES). **Arranjos Produtivos Locais e Desenvolvimento**. Rio de Janeiro: Área de Planejamento e Departamento de Produtos, 2004.

BANCO REGIONAL DE DESENVOLVIMENTO DO EXTREMO SUL (BRDE). **Vitivinicultura em Santa Catarina: situação atual e perspectivas**. Florianópolis: BRDE, 2005. Disponível em: <<http://www.brde.com.br>>. Acesso em: 17 ago. 2010.

BATISTA, L. C. et al. **Desenvolvimento de cluster pela valorização territorial: o caso do vale da uva e do vinho em Santa Catarina**. Florianópolis, 2002. Disponível em: <<http://www.labsad.ufsc.br>>. Acesso em: 16 out. 2010.

BRASIL. Ministério da Agricultura Pecuária e Abastecimento. Superintendência Federal de Agricultura do Estado de Santa Catarina. **Cadastro Vitícola do Vale do Rio do Peixe, Santa Catarina**. Florianópolis, SC: SDA/Epagri, 2001.

_____. Ministério da Agricultura Pecuária e Abastecimento. Superintendência Federal de Agricultura do Estado de Santa Catarina. **Dados da produção de Santa Catarina** [mensagem pessoal]. Mensagem recebida por <vilmarufms@yahoo.com.br> em 31 ago. 2010.

BRITO, J. **Características estruturais dos clusters industriais na economia brasileira**. Rio de Janeiro: UFRJ/IE, 2000. (Nota técnica, 29/00). Disponível em: <<http://www.ie.ufrj.br/redesist/P2/textos/NT29.PDF>>. Acesso em: 30 ago. 2010.

CAMPOS, R. R. Inovação, aprendizagem e cooperação em serviços: o arranjo produtivo local de turismo em Florianópolis. **Relatório SEBRAE**. Florianópolis: SEBRAE, 2006.



CASAROTTO FILHO, N.; PIRES, L. H. **Redes de pequenas e médias empresas e desenvolvimento local**: estratégias para a conquista da competitividade global com base na experiência italiana. São Paulo: Atlas, 2001.

CASAROTTO FILHO, N. **Notas de aula da disciplina de Redes de Pequenas e Médias Empresas e Desenvolvimento Local do curso de pós-graduação em Engenharia de Produção** – Florianópolis: UFSC, 2010.

CASAROTTO, R. M. **Redes de empresas na indústria da construção civil**: definição de funções e atividades de cooperação. 2002. 220f. Tese (Doutorado em Engenharia de Produção) – Programa de Pós-Graduação em Engenharia de Produção, UFSC, Florianópolis, 2002.

CASSIOLATO, J. E.; LASTRES, H. M. M. O foco em arranjos produtivos e inovativos locais de micro e pequenas empresas. In: LASTRES, H. M. M.; CASSIOLATO, J. E.; MACIEL, M. L. (Org.). **Pequena empresa**: cooperação e desenvolvimento local. São Paulo: Relume Dumará, 2003.

CASSIOLATO, J. E.; SZAPIRO, M. Uma caracterização de arranjos produtivos locais de micro e pequenas empresas. In: LASTRES, H. M. M.; CASSIOLATO, J. E.; MACIEL, M. L. (Org.). **Pequena empresa**: cooperação e desenvolvimento local. São Paulo: Relume Dumará, 2003.

CAVALCANTE, B. A. R. Inovação, Desenvolvimento e Sustentabilidade: Apresentação do APL de Cerâmica do Norte de Goiás. In: CONFERÊNCIA NACIONAL DE ARRANJOS PRODUTIVOS LOCAIS, 4., 2009, Brasília, DF. **Anais...** Brasília, DF, 2009.

COSTA, M. L. “As Pequenas e Médias Empresas no Desenvolvimento Local: Conceitos e Experiências”. In: GUIMARÃES, N. A.; MARTIN, S. (Org.). **Competitividade e Desenvolvimento**: Atores e Instituições Locais. São Paulo: SENAC/SP, 2001.

ESSER, K. et al. **Competitividad sistêmica**: competitividad internacional de las empresas y políticas requeridas. Berlim: IAD, 1994.

HADDAD, P. R. Cluster e Desenvolvimento Regional no Brasil. **Revista Brasileira de Competitividade**. Belo horizonte: Instituto Metas, ano 1, n. 2, ago./set. 2001.

HADDAD, P. Cultura local e associativismo. **Seminário BNDES sobre Arranjos Produtivos Locais**. RJ, 2004.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br>>. Acesso em: 12 ago. 2010.

INSTITUTO BRASILEIRO DO VINHO (IBRAVIN). Disponível em: <<http://www.ibravin.org.br>>. Acesso em: 11 ago. 2010.

LANZER, E. et al. **Análise da competitividade sistêmica do setor de móveis em Santa Catarina**. Florianópolis: BRDE, 1997.



LASTRES, H. M. M. et al. **Interagir para competir**: promoção de arranjos produtivos e inovativos no Brasil. Brasília, DF: SEBRAE, 2002.

MENDEZ, R. Innovación y desarrollo territorial: algunos debates teóricos recientes. **Revista Latinoamericana de Estudios Urbanos Regulares**, v. 28, n. 84, p. 63-83, 2002.

PORTER, M. E. **A vantagem competitiva das nações**. Rio de Janeiro: Campus, 1989.

_____. **Estratégia competitiva**: técnicas para análise de indústrias e da concorrência. 7. ed. Rio de Janeiro: Campus, 1986.

SEBRAE. **Termo de Referência para Atuação do Sistema Sebrae em Arranjos Produtivos Locais**. Brasília, DF: Sebrae, 2003.

SINDICATO DA INDÚSTRIA DO VINHO DE SANTA CATARINA (SINDIVINHO). **Dados da Produção de Santa Catarina** [mensagem pessoal]. Mensagem recebida por <vilmarufms@yahoo.com.br> em 9 ago. 2010.

STAMER, J. M. et al. Estudo sobre a competitividade sistêmica em Santa Catarina. **Relatório**. Florianópolis: IAD-Fiesc, 1997.

SUZIGAN, W. **APLs geram desenvolvimento**. **Revista Tecnicouro**, Rio Grande do Sul, n. 9, v. 25, p. 64-72, nov./dez. 2004.